



**PROCESSO N.º** : 41.255-4/2021  
**ASSUNTO** : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2021  
**UNIDADE GESTORA** : PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA  
**GESTORA** : LUZIA NUNES BRANDÃO  
**ADVOGADA** : LIEDA REZENDE BRITO – OAB/MT 12.816  
**RELATOR** : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

## RELATÓRIO

Trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de **Ribeirão Cascalheira/MT**, referentes ao exercício de 2021, sob a responsabilidade da **Sra. Luzia Nunes Brandão**, submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em atenção ao disposto no artigo 31, §§ 1º e 2º, da Constituição da República, no artigo 210, inciso I, da Constituição Estadual, nos artigos 1º, inciso I, e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT - LO-TCE/MT), bem como nos artigos 10, inciso I, 137 e 170, da Resolução Normativa n.º 16/2021 (Regimento Interno do TCE/MT - RI-TCE/MT).

Em 2021, a contabilidade da prefeitura esteve sob a responsabilidade da Sra. Juvenaide Soares Miranda e a Unidade de Controle Interno da Sra. Marly Severino dos Santos Lima.

Com base na prestação de contas apresentada, foi confeccionado o Relatório Técnico Preliminar<sup>1</sup>, ratificado pelo Supervisor<sup>2</sup> e pelo Secretário<sup>3</sup> da 4ª Secretaria de Controle Externo, sobre as ações de governo do chefe do Poder Executivo Municipal, cuja análise dos documentos e informações resultou no

<sup>1</sup> Doc. digital 188494/2022

<sup>2</sup> Doc. digital 188495/2022

<sup>3</sup> Doc. digital 188495/2022





apontamento de vinte e sete achados de auditoria, classificados em dezesseis irregularidades, de natureza grave e gravíssima, conforme a seguir:

**LUZIA NUNES BRANDAO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período:**  
01/01/2021 a 31/12/2021

**1) AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS\_GRAVÍSSIMA\_01.**  
Não-aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal).

**1.1)** Houve descumprimento do percentual-limite mínimo obrigatório de aplicação das receitas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), em desacordo com os termos estabelecidos no artigo 212 da Constituição Federal. - Tópico - 6.2. EDUCAÇÃO

**2) AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS\_GRAVE\_99.**  
Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

**2.1)** Houve descumprimento ao percentual mínimo para aplicação de recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica. - Tópico - 6.2.1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

**3) CB02 CONTABILIDADE\_GRAVE\_02.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

**3.1)** Há divergências de integridade numérica entre os somatórios totais das colunas de Exercício Atual nas seções de Ingressos e Dispendios do Quadro Principal do Balanço Financeiro de 2021, bem como inconsistência com os saldos evidenciados no Balanço Patrimonial do Exercício. - Tópico - 5.1.2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

**3.2)** Houve inconsistência quantitativa interna do Balanço Patrimonial de 2021, e ausência de integridade numérica com as demais Demonstrações Contábeis do exercício financeiro. - Tópico - 5.1.3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

**4) CB07 CONTABILIDADE\_GRAVE\_07.** Não implementação das novas regras da contabilidade aplicada ao setor público nos padrões e/ou prazo definidos. (Resolução Normativa TCE/MT 03/2012; Portarias STN; Resoluções CFC)

**4.1)** Não foram implementados tempestivamente os Procedimentos Contábeis Patrimoniais para reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa e respectivo Ajuste para Perdas; das Provisões Matemáticas Atuariais do RPPS; de Férias de servidores por competência; e, Reconhecimento e Mensuração integral das depreciações dos bens móveis e imóveis. - Tópico - 5.1.6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS





**5) CB99 CONTABILIDADE\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente à Contabilidade, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

**5.1)** Não houve elaboração do Quadro das Contas de Compensação, que deveria integrar o Balanço Patrimonial Consolidado de 2021. - Tópico - 5.1.3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

**5.2)** Não houve a elaboração e a apresentação tempestivas da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) na prestação das Contas Anuais de Governo de 2021 - Tópico - 5.1.5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**6) DA05 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVÍSSIMA\_05.** Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

**6.1)** Ausência de repasse da contribuições previdenciárias patronais, relativas ao mês de novembro de 2021, ao RPPS municipal. - Tópico - 6.4.1.1.1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS

**7) DA07 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVÍSSIMA\_07.** Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto- Lei nº 2.848/1940).

**7.1)** Ausência de repasse da contribuições previdenciárias de servidores, relativas ao mês de dezembro de 2021, ao RPPS municipal. - Tópico - 6.4.1.1.1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS

**8) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_08.** Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

**8.1)** Não há comprovação de realização de audiências públicas no processo de discussão da LDO-2021. - Tópico - 3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

**8.2)** Não foram apresentados documentos comprobatórios hábeis comprovando a efetiva realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA-2021. - Tópico - 3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

**8.3)** Não houve realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais quadrimestrais do exercício de 2021. - Tópico - 7.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

**8.4)** As contas anuais de 2021 do Poder Executivo não foram encaminhadas tempestivamente à Câmara Municipal, para fins de consultas e de apreciações pelos cidadãos e/ou instituições da sociedade. - Tópico - 8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

**9) DB09 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_09.** Inadimplência no pagamento da contribuição patronal, débito original ou parcelamento (art.s. 23, I, 24, II e IV, 36 da ON MPS/SPS 02/2009).

**9.1)** Pagamentos não integrais de parcelas devidas de Acordos de Parcelamentos de débitos previdenciários firmados entre o Município e





o RPPS municipal. - Tópico - 6.4.1.1.2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

**10) FB02 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_02.** Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais – sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior (art. 167, V, a Constituição Federal; art. 42, da Lei nº 4.320/1964).

**10.1)** Foram abertos créditos adicionais especiais no exercício de 2021 em valor total superior ao limite máximo autorizado por leis municipais. - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**11) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_13.** Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

**11.1)** As metas fiscais de resultados nominal e primário não foram previstas na LDO-2021 na forma e extensão exigidas pelo art. 4º, §1º, da LRF. - Tópico - 3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

**11.2)** O Anexo de Riscos Fiscais integrante da LDO-2021 não obedeceu a forma e a amplitude informacional de elaboração exigidas pelo artigo art. 4º, § 3º da LRF. - Tópico - 3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

**11.3)** As Metas Anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO/2021 não estão explicadas/instruídas com as respectivas memória e metodologia de cálculos que justifiquem os resultados fiscais pretendidos. - Tópico - 3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

**11.4)** Os artigos 6º, 7º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 874/2020 dispõem sobre matérias estranhas àquelas que devem ou podem estar contidas no texto da LOA, violando o princípio da exclusividade (Art. 165, §§ 5º ao 8º, da CF/88). - Tópico - 3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

**12) LB05 RPPS\_GRAVE\_05.** Ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, emitido pelo MPS, ou com a falta de esclarecimentos sobre o motivo da suspensão ( art. 8º da ON MPS/SPS nº 02/2009; Portaria MPS 204/2008).

**12.1)** Descumprimento dos preceitos legais para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária de forma administrativa, o que o levou à ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária válido. - Tópico - 6.4.1.1.3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

**13) MB02 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_02.** Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 207, 208 e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa TCE nº 36/2012; Resolução Normativa TCE nº 01/2009; art. 3º da Resolução Normativa TCE nº 12/2008; arts. 164, 166, 175 e 182 a 187 da Resolução Normativa TCE nº 14/2007).

**13.1)** Houve atraso no envio da carga especial de Contas Anuais de Governo do exercício de 2021 ao Tribunal de Contas. - Tópico - 8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE





**14) MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_03.** Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 175 da Resolução 14/2007-Regimento Interno do TCE-MT).

**14.1)** Divergência entre o valor das Dotações Atualizadas, obtido a partir das informações apresentadas no Sistema Aplic, e aquele demonstrado no Balanço Orçamentário Consolidado de 2021. - Tópico - 3.1.3.1.

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**14.2)** Divergências entre as informações sobre a abertura de créditos adicionais encaminhadas no Sistema Aplic e os respectivos atos legislativos/normativos autorizadores. - Tópico - 3.1.3.1.

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**14.3)** Divergências entre os valores da execução orçamentária (Receitas e Despesas) e dos Restos a Pagar evidenciados do Balanço Orçamentário Consolidado de 2021 e as respectivas informações encaminhadas ao Sistema Aplic. - Tópico - 5.1.1. **ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**15) MB99 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente à Prestação de Contas, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

**15.1)** Apresentação de carga especial de prestação das Contas Anuais de Governo com graves omissões e incompatibilidades documentais, tornando-a inconsistente. - Tópico - 8.1. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE**

**16) NB05 DIVERSOS\_GRAVE\_05.** Realização de ato sem observância ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da Constituição Federal).

**16.1)** Houve a abertura de créditos orçamentários adicionais sem as tempestivas publicações dos respectivos decretos na imprensa oficial. - Tópico - 3.1.3.1. **ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**16.2)** Não houve a publicação e a divulgação tempestivas das Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2021 na Imprensa Oficial e no Portal/Site da Prefeitura. - Tópico - 5. **ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS**

Com supedâneo no direito constitucional ao contraditório, a Sra. Luzia Nunes Brandão foi citada, por meio do Ofício n.º 565/2022<sup>4</sup> e apresentou manifestação de defesa<sup>5</sup>.

Após a análise das justificativas e documentos, a 4ª Secretaria de Controle Externo, mediante o Relatório Técnico de Defesa<sup>6</sup>, Informação do

<sup>4</sup> Doc. digital 147976/2022 e 148056/2022 (Termo de Recebimento)

<sup>5</sup> Doc. digital 161106/2022 e <sup>5</sup> Doc. digital 164268/2022

<sup>6</sup> Doc. digital 251298/2022







Supervisor <sup>7</sup> e Despacho Conclusivo Secretário <sup>8</sup>, manifestou-se pelo saneamento dos achados de auditoria 1.1 (AA01), 6.1 (DA05) e 7.1 (DA07).

Em atenção ao artigo 109 do Regimento Interno, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que, por intermédio do Parecer n.º 7.235/2022<sup>9</sup>, da lavra do Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, opinou pela manutenção das irregularidades AB99 (item 2.1), CB02 (itens 3.1 e 3.2), CB07 (item 4.1), CB99 (itens 5.1 e 5.2), DB08 (itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4), DB09 (item 9.1), FB02 (item 10.1), FB13 (itens 11.1, 11.2, 11.3 e 11.4), LB05 (item 12.1), MB02 (item 13.1), MB03 (itens 14.1, 14.2 e 14.3), MB99 (item 15.1) e NB05 (itens 16.1 e 16.2) e emissão de **Parecer Prévio Contrário** à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, referentes ao exercício de 2021, sob a administração da Sra. Luzia Nunes Brandão, com a expedição de recomendação ao Poder Legislativo para que determine ao Poder Executivo que:

- c.1) conjuntamente com a publicação do texto legal das LDOs anuais na imprensa oficial, seja indicado/referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral;
- c.2) conjuntamente com a publicação do texto legal das LOAs anuais na imprensa oficial, seja indicado/referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral;
- c.3) observe o conteúdo inscrito no artigo 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo conteúdo estabelece o dever da apresentação das projeções dos Resultados Primário e Nominal no Anexo de Metas Fiscais da LDO;
- c.4) observe o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a necessidade de transparência fiscal, realizando as audiências públicas de avaliação das metas fiscais;
- c.5) observe o § 3º do art. 4º da LRF, evidenciando as providências para mitigar potencial frustração de receitas e outros riscos capazes de afetar as contas municipais;
- c.6) observe o inscrito no artigo 4º, § 2º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo conteúdo estabelece o dever de as metas anuais do Anexo de Metas Fiscais da LDO virem instruídas com as respectivas memória e metodologia de cálculos;
- c.7) observe o princípio da transparência na gestão fiscal, inscrito no art. 48, §1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo conteúdo

<sup>7</sup> Doc. digital 251299/2022

<sup>8</sup> Doc. digital 251300/2022

<sup>9</sup> Doc. digital 179915/2022





estabelece o dever de incentivar a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

c.8) observe o CF art. 165, § 8º quando da elaboração e aprovação da LOA, respeitando o princípio da exclusividade;

c.9) se abstenha de abrir créditos adicionais especiais sem o devido decreto executivo, devendo prestar obediência aos princípios da legalidade e publicidade, inscritos de forma expressa nos arts. 37, caput e 167, V, da CRFB/1988, assim como no art. 42, da Lei nº 4.320/1964;

c.10) sejam observadas a consistência e a veracidade entre as informações de alterações orçamentárias prestadas ao Sistema Aplic e os respectivos atos legais/normativos originários, tanto no aspecto qualitativo quanto no aspecto quantitativo;

c.11) o princípio da publicidade seja observado, em especial quanto à observância da publicação tempestiva dos decretos relativos aos créditos adicionais na imprensa oficial;

c.12) atenda as normas e as orientações de elaboração e de apresentação das Demonstrações Contábeis;

c.13) adote providências no sentido da consistência contábil entre as informações encaminhadas ao Sistema Aplic, e o total das Dotações Atualizadas apresentado no Balanço Orçamentário Consolidado do exercício;

c.14) publicação das demonstrações contábeis consolidadas na imprensa oficial e no Portal Transparência municipal, respeitando os consectários normativos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei nº 12.527/2011;

c.15) adote providências no sentido de promover a consistência contábil entre os valores da execução orçamentária (Receitas e Despesas) e dos Restos a Pagar evidenciados do Balanço Orçamentário Consolidado e as respectivas informações encaminhadas ao Sistema Aplic;

c.16) adote providências no sentido de promover a consistência contábil na elaboração do balanço financeiro, respeitando os princípios da contabilidade e os arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976;

c.17) determine à Contadoria Municipal que, na elaboração/publicação anual da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, sejam integradas notas explicativas e/ou os quadros anexos prescritos pela IPC – 05;

c.18) adote providências no sentido da consistência contábil na elaboração do balanço patrimonial, respeitando os princípios da contabilidade e os arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976;

c.19) elaboração tempestiva da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), respeitando os princípios da contabilidade e os arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976, bem como de seu imediato envio ao Tribunal de Contas por meio do Sistema Aplic;

c.20) complemente na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021;

c.21) à área administrativa competente da Prefeitura para realize, até o final do 1º quadrimestre do exercício de 2022, a complementação da aplicação dos recursos não utilizados do Fundeb no exercício de 2021,





no montante de R\$1.281.854,41, conforme disposições do § 3º do artigo 58 da Lei nº 14.113/2020;

c.22) envie, dentro do prazo designado pela legislação, via Sistema Aplic, as contas anuais de governo a este Tribunal, cumprindo o determinado no inciso IV do artigo 1º da Resolução Normativa nº 36/2012 deste TCE/MT e no artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

c.23) dê publicidade às Contas Anuais de Governo, disponibilizando-as no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, consoante determina o art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como o art. 49, da LRF;

c.24) atenda integralmente os dispositivos das Resoluções Normativas TCE-MT nº 03/2015, 01/2019 e 03/2020 quando da apresentação das Contas Anuais de Governo, de modo a eliminar quaisquer omissões e incompatibilidades documentais;

c.25) a gestão aprimore as técnicas de previsões das metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal e capacidade financeira do município e compatibilizando-as com os instrumentos de planejamento, a fim de evitar que as metas previstas nas peças orçamentárias se apresentem desconexas com a realidade do orçamento a ser executado;

c.26) determine à Unidade de Controle Interno (UCI) municipal e à gestão do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirão Cascalheira - Ribeirão-Previ para que, nas contas anuais de gestão do RPPS, sejam elaborados e apresentados no Sistema Aplic os documentos especificados nos anexos I e II da Resolução Normativa TCE-MT nº 12/2020-TP;

c.27) a gestão adote previdências para a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, observando o art. 8º da ON MPS/SPS nº 02/2009 e a Portaria MPS 204/2008;

d) pela sugestão ao Conselheiro Relator que expeça notificação ao responsável pela Unidade de Controle Interno (UCI) do Município de Ribeirão Cascalheira para promover a apuração dos fatos e adotar as providências cabíveis quanto à constatação de pagamentos a menor dos Acordos de Parcelamento Previdenciários nºs. 876/2019, 485/2020 e 486/2020, verificada no processo de Contas Anuais de Governo do exercício de 2021, no montante total de R\$ 10.856,28, conforme aplicação, por analogia, dos termos das disposições contidas no artigo 7º, caput, e parágrafo único, da Resolução Normativa TCE-MT nº 11/2017-TP.

Considerando a permanência de irregularidades não sanadas, em atenção ao disposto no artigo 110 do Regimento Interno, foi concedido à responsável o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de alegações finais, mediante Decisão n.º 598/GAM/2022, divulgada na edição extraordinária n.º 2634 do Diário Oficial de Contas do dia 8/11/2022, sendo considerada como data de publicação o dia 9/11/2022<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Doc. digital 259753/2022







As alegações finais foram apresentadas pela gestora,<sup>11</sup> em cumprimento ao parágrafo único do artigo 110 do Regimento Interno, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que, por meio do Parecer n.º 7.939/2022, da lavra do Procurador-geral de Contas Gustavo Coelho Deschamps, opinou pela manutenção dos achados de auditoria, e ratificou a emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das contas anuais, com a expedição das recomendações contidas no parecer supracitado.

Superada a narrativa da conformidade processual, destaca-se a seguir aspectos relevantes das contas anuais que foram extraídos dos autos, em especial do Relatório Técnico confeccionado pela 4ª Secretaria de Controle Externo.

## **1. PLANO PLURIANUAL**

O Plano Plurianual do Município de Ribeirão Cascalheira para o quadriênio 2018 a 2021 foi instituído pela Lei n.º 790, de 19 de dezembro de 2017, protocolada sob o n.º 21.640-2/2019 no TCE-MT.

Em 2021, segundo informações do Sistema Aplic, não foram constatadas/encaminhadas leis específicas de alterações diretas ao texto primário da lei do PPA, ou complementares/modificadoras.

## **2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município de Ribeirão Cascalheira para o exercício de 2021 foi instituída pela Lei Municipal n.º 869, de 18 de novembro de 2020, sendo protocolada nesta Corte de Contas sob n.º 79.686-7/2021, em 09/11/2021.

A Unidade Técnica apontou que as metas fiscais de resultados nominal e primário não foram devidamente previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF)

---

<sup>11</sup> Doc. digital 261909/2022





- achado de auditoria 11.1, classificado na irregularidade **FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_13.**

Consignou que em exame aos anexos da LDO-2021 do Município de Ribeirão Cascalheira, constatou que o “Demonstrativo 1 – Metas Anuais” não foi integral e devidamente elaborado, havendo omissões quando à apresentação das metas anuais de resultado nominal para o exercício de 2021, bem como inexistindo as projeções para todas as metas anuais dos exercícios de 2022 e 2023, inclusive para as variáveis de Dívida Pública, conforme colacionado no documento digital n.º 250174/2021, página 71.

A Secex informou que para o exercício de 2021 houve apenas a evidenciação do Resultado Primário, em montante do deficitário de R\$ 636.094,00 não sendo apresentadas projeções para os demais exercícios.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

A LDO estabeleceu as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (artigo 4º, inciso I, alínea “b” e artigo 9º da LRF).

A Equipe Técnica apontou que em consulta efetuada ao Sistema Aplic (Sistema – Selecionar a Unidade Gestora – Prestação de Contas – Documentos LDO – Comprovação de que a LDO), verificou-se que não foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO não foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, em desconformidade com o art. 48, § 1º, da LRF - achado de auditoria 8.2 classificado na irregularidade **DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_08.**





A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

Houve divulgação/publicidade da LDO nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o artigo 37 da Constituição da República e artigo 48 da LRF.

A Equipe Técnica apontou que inobstante essas publicações e divulgação do texto normativo da Lei constata-se que os seus anexos integrantes e obrigatórios não foram publicados e nem divulgados no Portal Transparência ou *site* da Prefeitura. Assim, sugeriu a expedição de determinação para que, conjuntamente com a publicação do texto legal das Leis de Diretrizes Orçamentárias na imprensa oficial, seja indicado/referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral.

A Equipe Técnica pontuou que não consta da LDO/2021, o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, em atenção aos artigos 4º, § 3º, da LRF – achado 11.2, classificado na irregularidade **FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_13**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

Pontuou a Secex que o Anexo de Riscos Fiscais integrantes da LDO -2021 não evidencia/discrimina os potenciais riscos fiscais e/ou passivos contingentes que poderiam afetar as metas fiscais do exercício de 2021, bem como não define as providências que poderiam ser adotadas, conforme a figura extraída do documento digital 250174/2021, página 73:





ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
ANEXO XIII  
2021

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
	0,00		0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação: PANDEMIA COVID-19	2.300.000,00		0,00
SUBTOTAL	2.300.000,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	2.300.000,00	TOTAL	0,00

O artigo 16 da LDO fixou o percentual para a Reserva de Contingência em até 2% da Receita Corrente Líquida, segundo o inciso III do artigo 5º da LRF.

A Equipe Técnica constatou que as Metas Anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO/2021 não estão explicadas/instruídas com as respectivas memória e metodologia de cálculos que justifiquem os resultados fiscais pretendidos – achado 11.3, classificado na irregularidade **FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_13**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

### 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O Município de Ribeirão Cascalheira, no exercício de 2021, teve seu orçamento autorizado pela Lei Municipal n.º 874, de 29 de dezembro de 2020, que estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 40.550.529,25** (quarenta milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).

Deste valor, R\$ 28.916.145,50 (vinte e oito milhões, novecentos e dezesseis mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) foram





destacados ao orçamento fiscal e R\$ 11.634.383,75 (onze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos) foram destacados ao orçamento da seguridade social em atendimento ao art. 165, §5º, da CF. Não houve orçamento de investimentos.

Conforme informações contidas nos autos, o texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF).

A Equipe Técnica pontuou que não foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e de discussão da LOA, em desacordo com o art. 48, §1º, inciso I, da LRF – achado 8.1, classificado na irregularidade **DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_08**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

A Lei n.º 874/2020 foi divulgada e publicada nos meios oficiais e no Portal Transparência do município.

Entretanto, a Equipe Técnica constatou que os anexos integrantes e obrigatórios não foram publicados e nem divulgados no site da Prefeitura, sugerindo a expedição de determinação para que, conjuntamente com a publicação do texto legal das Leis Orçamentárias Anuais na imprensa oficial, seja indicado/referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral.

A Equipe Técnica constatou que a LOA/2021 não obedeceu ao princípio da exclusividade, contrariando o artigo 165, §§ 5º ao 8º da Constituição Federal – achado 11.4, classificado na irregularidade **FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_13**.







Pontuou que os artigos 6º, 7º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei n.º 874/2020 (LOA-2021) dispõem sobre várias matérias estranhas àquelas que devem ou podem estar contidas na LOA, violando o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, da CF/88). Esses dispositivos versam sobre matérias que poderiam ser dispostas na LDO, mas não na LOA, tais como: forma de utilização da Reserva de Contingência; autorização para remanejar créditos; e, autorizações e regras para celebração de convênios.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

### 3.1 Alterações Orçamentárias

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do município e o correspondente orçamento final:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 40.550.529,25	R\$ 7.720.871,91	R\$ 3.220.270,00	R\$ 0,00	R\$ 3.269.816,09	R\$ 5.852.898,90	R\$ 48.908.588,35	20,61%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	19,04%	7,94%	0,00%	8,06%	14,43%	20,61%	-

O Balanço Orçamentário apresentado pelo chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 48.908.588,35 (quarenta e oito milhões, novecentos e oito mil reais, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco reais), igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas e as exclusões das operações intraorçamentárias.





A Equipe Técnica mencionou que os totais apresentados no quadro acima foram ajustados para adequá-los às informações dos respectivos documentos físicos. Isso porque, várias informações de aberturas de créditos adicionais foram encaminhadas ao Sistema Aplic em divergências com os atos legais e normativos originários, quanto às espécies de créditos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Divergências de Informações das aberturas de créditos adicionais – Espécies de Crédito – Ribeirão Cascalheira – 2021					
Lei	Decreto	Valores por Espécies de Crédito – R\$			
		Suplementares	Especiais	Extraordinários	Transposições
Informações conforme os Atos Legislativos/Normativos					
903/2021	2110/2021	-	30.000,00	-	-
931/2021	2155/2021	276.724,18	-	-	-
Totais		276.725,25	30.000,00	-	-
Informações enviadas ao Sistema Aplic (divergentes)					
903/2021	2110/2021	30.000,00	-	-	-
931/2021	2155/2021	-	276.724,18	-	-
Totais		30.000,00	276.724,18	-	-

Fonte: Quadro 1.6 deste Relatório Técnico; e, publicações das Leis e Decretos relacionados.

Ressalta-se que esses ajustes foram possíveis pois se trata de casos específicos e de fácil identificação/alteração, contudo foram identificados outros casos de divergências dessa natureza que serão apresentados em item /achado posterior.

As alterações orçamentárias em 2021 totalizaram 26,98% do Orçamento Inicial, conforme a seguir:

ANO	Valor Total LOA Município	Valor Total Alterações do Município	Percentual das Alterações
2021	R\$ 40.550.529,25	R\$ 10.941.141,91	26,98%

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 5.796.067,28
EXCESSO DE ARRECADACÃO	R\$ 5.408.166,54





OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 3.006.724,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>R\$ 14.210.958,00</b>

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se que houve abertura de créditos adicionais suplementares com prévia autorização legislativa (art. 167, inciso V, CF, art. 42, Lei n.º 4.320/64).

Na abertura dos créditos adicionais suplementares abertos no exercício de 2021, no valor de R\$ 7.720.871,91 (sete milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), a Equipe Técnica constatou que houve autorizações legais suficientes (7.937.429,70 – sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta centavos).

Por outro lado, a Unidade Técnica apontou que houve a abertura de créditos adicionais especiais em valor total superior ao limite máximo autorizado por leis municipais (art. 167, inc. V da Constituição Federal, artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964) achado 10.1, classificado na irregularidade **FB02 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_02**.

A Equipe Técnica pontuou que a LOA/2021 inicialmente autorizou o limite de até 10% do total das receitas estimadas para a abertura de créditos adicionais suplementares, o percentual efetivo de alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais suplementares, após a edição e leis específicas no decorrer do exercício foi de 19,04%.

A gestora responsável foi citado e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.





A Equipe Técnica pontuou a ocorrência de apenas uma única abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação, sem recursos disponíveis, na fonte/destinação de recursos n.º 29 – Transferência de Recursos do fundo nacional de assistência social – FNAS e no valor de R\$ 798,70 (setecentos e noventa e oito reais e setenta centavos). Dessa maneira, por se tratar de valor que representa baixa materialidade e relevância, não foi apontada irregularidade.

Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de superávit financeiro, de operações de crédito e anulação parcial ou total de dotações (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inciso I, III e IV da Lei n.º 4.320/1964).

A Secretaria de Controle Externo apontou que em comparação entre o valor do Orçamento Final de 2021, obtido a partir das informações encaminhadas ao Sistema Aplic, e o total das Dotações Atualizadas apresentado no Balanço Orçamentário Consolidado do exercício, foi detectada uma divergência de R\$ 2.776.400,04 – achado 14.1, classificado na irregularidade **MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_03**.

Alterações Orçamentárias APLIC x Dotações Atualizadas no Balanço Orçamentário Consolidado – Ribeirão Cascalheira - 2021	
Descrições	Valores R\$
Total do Orçamento Final no Aplic (I)	48.908.588,35
Total das Dotações Atualizadas no Balanço Orçamentário (II)	51.684.988,39
Diferença Constatada (III) = (I-II)	-2.776.400,04

Fonte: APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária; e, Balanço Orçamentário Consolidado de 2021 (Doc. 163399-2022, páginas 37-38, Processo TCE-MT n. 412554-2021).

A gestora responsável foi citado e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

A Equipe Técnica constatou divergências entre as informações sobre a abertura de créditos adicionais encaminhados no Sistema Aplic e





aquelas obtidas a partir dos respectivos atos legislativos/normativos autorizadores - achado 14.2, classificado na irregularidade **MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_03**.

Divergências de Informações das aberturas de créditos adicionais – Espécies de Crédito – Ribeirão Cascalheira – 2021					
Lei	Decreto	Valores por Espécies de Crédito – R\$			
		Suplementares	Especiais	Extraordinários	Transposições
Informações conforme os Atos Legislativos/Normativos					
903/2021	2110/2021	-	30.000,00	-	-
931/2021	2155/2021	276.724,18	-	-	-
Totais		276.725,25	30.000,00	-	-
Informações enviadas ao Sistema Aplic (divergentes)					
903/2021	2110/2021	30.000,00	-	-	-
931/2021	2155/2021	-	276.724,18	-	-
Totais		30.000,00	276.724,18	-	-

Fonte: Quadro 1.6 deste Relatório Técnico; e, publicações das Leis e Decretos relacionados.

Divergências de Informações das aberturas de créditos adicionais – Valores – Ribeirão Cascalheira – 2021			
Lei	Decreto	Valor R\$ - do Decreto publicado	Valor R\$ - Informado ao Aplic
895/2021	2104/2021	735.417,56	1.755.033,31
910/2021	2116/2021	582.376,77	922.500,60

Fonte: Quadro 1.6 deste Relatório Técnico; e, publicações das Leis e Decretos relacionados.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

A Equipe Técnica constatou a abertura de créditos orçamentários adicionais sem as tempestivas publicações dos respectivos decretos na imprensa oficial (Art. 37, *caput*, CF/88; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93; Lei 12.527/011 - Lei de Acesso à Informação) - achado 16.1, classificado na irregularidade **NB05 DIVERSOS\_GRAVE\_05**.







Nº Decreto	Data Emissão	Publicado (Sim/Não)	Data Publicação	Veículo de Imprensa
00218/2021	-	Não	-	-
02028/2021	-	Não	-	-
02029/2021	-	Não	-	-
02110/2021	-	Não	-	-
02058/2021	02/06/2021	Sim	23/02/2022	Jornal AMM, edição 3.926
02154/2021	09/12/2021	Sim	23/02/2022	Jornal AMM, edição 3.926
02135/2021	03/11/2021	Sim	02/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02143/2021	30/11/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02145/2021	01/12/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02146/2021	01/12/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02147/2021	01/12/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02151/2021	09/12/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02152/2021	09/12/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911
02153/2021	09/12/2021	Sim	2/02/2022	Jornal AMM, edição 3.911

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

A Equipe Técnica constatou que as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício financeiro de 2021 do Município de Ribeirão Cascalheira não foram publicadas tempestivamente na respectiva imprensa oficial até a data de encaminhamento destas Contas Anuais de Governo, bem como não foram divulgadas no Portal da Transparência municipal, comprometendo a validade jurídica da prestação de contas anuais, ferindo os princípios da Publicidade e da Transparência - achado 16.2, classificado na irregularidade **NB05 DIVERSOS\_GRAVE\_05**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.





#### 4. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2021, a receita prevista atualizada foi de **R\$ 44.099.420,31** (quarenta e quatro milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e vinte reais e trinta e um centavos), sendo arrecadado o montante de **R\$ 53.913.206,96** (cinquenta e três milhões, novecentos e treze mil, duzentos e seis reais e noventa e seis centavos).

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2017 a 2021, revela um **crescimento na arrecadação**, conforme quadro reproduzido a seguir:

Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 31.864.006,63</b>	<b>R\$ 32.318.336,10</b>	<b>R\$ 34.171.771,28</b>	<b>R\$ 48.765.868,35</b>	<b>R\$ 56.129.199,37</b>
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 3.725.593,96	R\$ 3.723.606,19	R\$ 3.580.589,59	R\$ 7.553.937,31	R\$ 5.267.303,01
Receita de Contribuição	R\$ 743.421,78	R\$ 630.181,85	R\$ 783.629,89	R\$ 0,00	R\$ 956.754,65
Receita Patrimonial	R\$ 694.816,32	R\$ 723.833,60	R\$ 701.150,68	R\$ 750.981,09	R\$ 365.805,56
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 242.970,77	R\$ 381.825,22	R\$ 174.715,91	R\$ 267.206,00	R\$ 432.665,27
Transferências Correntes	R\$ 25.431.782,54	R\$ 26.032.087,13	R\$ 28.202.115,29	R\$ 39.154.380,63	R\$ 49.016.975,79
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.025.421,26	R\$ 826.802,11	R\$ 729.569,92	R\$ 1.039.363,32	R\$ 89.695,09
<b>RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 798.138,55</b>	<b>R\$ 2.447.771,69</b>	<b>R\$ 253.587,94</b>	<b>R\$ 1.019.110,88</b>	<b>R\$ 700.000,00</b>
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 798.138,55	R\$ 2.447.771,69	R\$ 253.587,94	R\$ 1.019.110,88	R\$ 700.000,00
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 32.662.145,18</b>	<b>R\$ 34.766.107,79</b>	<b>R\$ 34.425.359,22</b>	<b>R\$ 49.784.979,23</b>	<b>R\$ 56.829.199,37</b>
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 3.216.447,58</b>	<b>-R\$ 418.537,07</b>	<b>-R\$ 4.191.844,83</b>	<b>-R\$ 5.983.049,20</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 32.662.145,18</b>	<b>R\$ 31.549.660,21</b>	<b>R\$ 34.006.822,15</b>	<b>R\$ 45.593.134,40</b>	<b>R\$ 50.846.150,17</b>
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 295.810,59	R\$ 74.728,37	R\$ 2.766.877,96	R\$ 3.067.056,79
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	11,69%	11,52%	10,47%	15,49%	9,38%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	11,71%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), Sistema Aplio (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplio.

Página 20 de 41





Comparando-se a receita líquida prevista (R\$ 43.594.420,31) com a receita líquida arrecadada em 2021 (R\$ 50.846.150,17), exceto a intraorçamentária, constata-se um **excesso de arrecadação de R\$ 7.251.729,86** (sete milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos).

O Município de Ribeirão Cascalheira não recebeu auxílio do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus – SARS-COV-2, com base na Lei Complementar n.º 173/2020, bem como nas Leis Federais n.º 14.041/2020 e 13.995/2020, conforme a seguir:

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Valor Arrecadado (R\$)
-	<b>Mitigação dos efeitos financeiros</b>	-
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art.5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
-	<b>Enfrentamento da Pandemia</b>	-
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus.	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavirus.	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 0,00
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00
-	<b>Outras ações emergenciais</b>	-
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00

De acordo com os dados enviados via sistema Aplic, verificou-se que as receitas tributárias próprias arrecadadas totalizaram **R\$ 5.267.303,01** (cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e três reais e um





centavo), correspondente a 13,74% da receita corrente arrecada, o que na série histórica revela um decréscimo do exercício de 2020 para 2021:

Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
IPTU	R\$ 241.873,73	R\$ 247.011,75	R\$ 241.441,73	R\$ 418.534,42	R\$ 309.159,24
IRRF	R\$ 487.908,42	R\$ 322.239,10	R\$ 543.743,61	R\$ 688.093,88	R\$ 797.317,73
ISSQN	R\$ 611.794,77	R\$ 764.672,81	R\$ 983.310,38	R\$ 1.008.916,49	R\$ 1.468.843,67
ITBI	R\$ 2.244.119,16	R\$ 2.118.579,53	R\$ 1.361.135,22	R\$ 5.099.754,71	R\$ 2.139.796,98
TAXAS	R\$ 159.897,88	R\$ 170.176,46	R\$ 293.900,72	R\$ 187.085,31	R\$ 313.007,28
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.032,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 0,00	R\$ 287,37	R\$ 15.861,60	R\$ 384,03	R\$ 680,99
DÍVIDA ATIVA	R\$ 1.902,62	R\$ 100.639,11	R\$ 88.390,82	R\$ 151.017,92	R\$ 227.536,27
MULTA E JUROS DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.773,00	R\$ 150,55	R\$ 10.960,85
TOTAL	R\$ 3.727.496,58	R\$ 3.723.606,19	R\$ 3.580.589,59	R\$ 7.553.937,31	R\$ 5.267.303,01

Destaca-se que as Transferências Correntes representaram em 2021 a maior origem de recursos na composição da receita municipal (R\$ 49.016.975,79), correspondente a 86,25% do total da receita orçamentária (R\$ 56.829.199,37). Ademais, a cada R\$ 1,00 arrecadado, apenas R\$ 0,14 refere-se à receita própria, o que revela o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência.

## 5. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 2021, a despesa autorizada totalizou **R\$ 48.908.588,35** (quarenta e oito milhões, novecentos e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), sendo **empenhado R\$ 48.475.256,59** (quarenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), **liquidado R\$ 47.999.735,26** (quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos) e **pago R\$ 46.424.666,15** (quarenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quinze centavos).





A série histórica das despesas orçamentárias do município, no período 2017 de 2021, revela um aumento da despesa realizada, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupo de despesas	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Despesas correntes</b>	<b>R\$ 27.392.581,54</b>	<b>R\$ 29.333.911,75</b>	<b>R\$ 33.524.139,75</b>	<b>R\$ 36.610.301,38</b>	<b>R\$ 42.112.332,28</b>
Pessoal e encargos sociais	R\$ 13.075.663,07	R\$ 13.893.647,71	R\$ 16.230.686,43	R\$ 19.484.642,49	R\$ 20.376.190,38
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 33.107,75	R\$ 15.806,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 14.283.810,72	R\$ 15.424.457,09	R\$ 17.293.453,32	R\$ 17.125.658,89	R\$ 21.736.141,90
<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 1.865.482,32</b>	<b>R\$ 1.637.517,97</b>	<b>R\$ 1.715.624,42</b>	<b>R\$ 3.822.975,18</b>	<b>R\$ 4.562.709,67</b>
Investimentos	R\$ 881.055,02	R\$ 1.155.147,21	R\$ 1.432.858,27	R\$ 2.923.620,77	R\$ 3.291.133,03
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 984.427,30	R\$ 482.370,76	R\$ 282.766,15	R\$ 899.354,41	R\$ 1.271.576,64
<b>Total Despesas Exceto Intra</b>	<b>R\$ 29.258.063,86</b>	<b>R\$ 30.971.429,72</b>	<b>R\$ 35.239.764,17</b>	<b>R\$ 40.433.276,56</b>	<b>R\$ 46.675.041,95</b>
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 819.177,58</b>	<b>R\$ 826.859,56</b>	<b>R\$ 1.221.948,32</b>	<b>R\$ 1.618.232,67</b>	<b>R\$ 1.800.214,64</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 717.406.224,02</b>	<b>R\$ 870.905.852,94</b>	<b>R\$ 985.777.186,79</b>	<b>R\$ 1.158.612.512,37</b>	<b>R\$ 1.316.369.892,18</b>
<b>Variação - %</b>		<b>21,39%</b>	<b>13,19%</b>	<b>17,53%</b>	<b>13,61%</b>

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic

Nota-se, no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2021 na composição da despesa orçamentária municipal foi "Outras despesas corrente" (R\$ 21.736.141,90), correspondente a **46,57%** do total da despesa orçamentária contabilizada (R\$ 46.675.041,95).

Em relação às despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, atendendo à Resolução Normativa TCE/MT n.º 4/2020, Ribeirão Cascalheira criou um projeto/atividade, cuja totalização da execução foi a seguinte:

TOTAL	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
<b>TOTAL AÇÕES COVID</b>	<b>R\$ 100.221,38</b>	<b>R\$ 100.221,38</b>	<b>R\$ 98.071,38</b>

Apresenta-se a seguir, os valores executados individualizados por fonte de recursos:







Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 838, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
>>>>>>	TOTAL RECURSOS APLICADOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e/ou mitigação de seus efeitos financeiros				
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 625,85	R\$ 625,85	R\$ 625,85
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 99.437,73	R\$ 99.437,73	R\$ 97.287,73
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 157,80	R\$ 157,80	R\$ 157,80
		R\$ 100.221,38	R\$ 100.221,38	R\$ 98.071,38
>>>>>>	TOTAL	R\$ 100.221,38	R\$ 100.221,38	R\$ 98.071,38

Código Proj/Ativ	Projeto / Atividade (Ação)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Utilização de Recursos para enfrentamento da pandemia da Covid-19				
10505	COVID - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)	R\$ 783,65	R\$ 783,65	R\$ 783,65
20891	COVID - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)	R\$ 99.437,73	R\$ 99.437,73	R\$ 97.287,73
		R\$ 100.221,38	R\$ 100.221,38	R\$ 98.071,38
>>>>>>	TOTAL	R\$ 100.221,38	R\$ 100.221,38	R\$ 98.071,38

## 6. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Observou-se que a elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas no Sistema Aplic está de acordo com as normas e orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.





A Secex verificou divergências entre os valores da execução orçamentária (Receitas e Despesas) e dos Restos a Pagar evidenciados do Balanço Orçamentário Consolidado de 2021 e as respectivas informações encaminhadas ao Sistema Aplic - achado 14.3, classificado na irregularidade **MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_03**.

Observou-se que no Balanço Financeiro de 2021 não foi apresentado/integrado quadro auxiliar detalhando as receitas arrecadadas e as correspondentes deduções e saldos, conforme modelo definido na IPC – 06, bem como não foram apresentadas notas explicativas.

Diante disso, a Secex sugeriu a expedição de determinação à Contadoria Municipal para que, na elaboração/publicação do Balanço Financeiro anual, sejam apresentadas notas explicativas quando ocorrerem operações que impactem significativamente o BF; bem como seja evidenciado quadro auxiliar detalhando as receitas arrecadadas e correspondentes deduções e saldos líquidos, conforme modelo definido na IPC – 06.

Constatou-se divergências de integridade numérica entre os somatórios totais das colunas de Exercício Atual nas seções de Ingressos e Dispendios do Quadro Principal do Balanço Financeiro de 2021, bem como inconsistência com os saldos evidenciados no Balanço Patrimonial do Exercício – achado 3.1, classificado na irregularidade **CB02 CONTABILIDADE\_GRAVE\_02**.

No tocante à estrutura da Demonstração Contábil que o Balanço Patrimonial apresentado pela Prefeitura de Ribeirão Cascalheira referente a 2021, verificou-se a ausência de nota explicativa.

Assim, a Secex sugeriu a expedição de determinação à Contadoria Municipal para que apresente/integre ao Balanço Patrimonial de cada exercício, notas explicativas para os seguintes itens: Créditos a Curto Prazo; Créditos a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias





e Assistenciais a Curto Prazo; Provisões a Curto Prazo; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo e Provisões a Longo Prazo; e, outros detalhamentos e/ou informações quando forem significativos à interpretação do BP, conforme previsões do MCASP, 8ª edição, e a IPC 04.

Em análise ao Balanço Patrimonial, detectou-se que houve inconsistência quantitativa interna do Balanço Patrimonial de 2021 e ausência de integridade numérica com as demais Demonstrações Contábeis do exercício financeiro - achado de auditoria n.º 3.2, classificado na irregularidade **CB02 CONTABILIDADE\_GRAVE\_02**.

A Secex constatou a ausência de elaboração do Quadro das Contas de Compensação, que deveria integrar o Balanço Patrimonial Consolidado de 2021 – **achado de auditoria 5.1**, classificado na irregularidade **CB99 CONTABILIDADE\_GRAVE\_99**.

Além disso, não houve a elaboração e a apresentação tempestivas da Demonstração dos Fluxos de caixa (DFC) na prestação das Contas Anuais de Governo de 2021 – **achado de auditoria 5.2**, classificado na irregularidade **CB99 CONTABILIDADE\_GRAVE\_99**.

Ainda, a Secex constatou que não foram implementados tempestivamente os Procedimentos Contábeis Patrimoniais para reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa e respectivo Ajuste para Perdas; das Provisões Matemáticas Atuariais do RPPS; de Férias de servidores por competência; e, Reconhecimento e Mensuração integral das depreciações dos bens móveis e imóveis – achado 4.1, classificado na irregularidade **CB07 CONTABILIDADE\_GRAVE\_07**.

A responsável foi citada e apresentou defesa acerca do achado de auditoria. Após análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas foram suficientes para saná-lo.





## 7. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando-se a receita arrecadada (**R\$ 49.889.395,52**) com a despesa realizada (**R\$ 46.020.955,57**), ambas ajustadas de acordo com a Resolução Normativa n.º 43/2013/TCE/MT, acrescida da despesa empenhada decorrente de créditos adicionais de superávit financeiro (R\$ 420.869,31), constatou-se um resultado de execução orçamentária **superavitário** de **R\$ 4.289.309,26** (quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e nove mil e vinte e seis centavos).

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2017 a 2021:

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Arrecadada Ajustada (A)	R\$ 28.363.701,20	R\$ 30.236.556,18	R\$ 34.006.822,15	R\$ 44.870.418,11	R\$ 49.889.395,52
Despesa Realizada Ajustada (B)	R\$ 28.168.813,88	R\$ 29.550.057,13	R\$ 35.239.764,17	R\$ 38.255.288,25	R\$ 46.020.955,57
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 420.869,31
Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C)	R\$ 194.887,32	R\$ 686.499,05	-R\$ 1.232.942,02	R\$ 6.615.129,86	R\$ 4.289.309,26

## 8. RESULTADO FINANCEIRO

Os compromissos assumidos, contudo, ainda não pagos por Ribeirão Cascalheira apresentaram os valores existentes de Restos a Pagar Processados de **R\$ 3.475.816,75**, (três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos) e de Restos a Pagar Não Processados de **R\$ 2.643.004,03** (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatro reais e três centavos).

Denota-se que o município garantiu recursos para a quitação das obrigações financeiras de curto prazo do exercício ao final de 2021 (artigo 1º,





§1º da LRF), incluindo os restos a pagar processados e não processados e excluído o RPPS, conforme quociente de disponibilidade financeira (exceto RPPS):

A	TOTAL_DISP_BRUTA_EXCETO_RPPS	R\$ 12.971.225,54
B	TOTAL_DEMAIS_OBRIGAÇÕES_EXCETO_RPPS	R\$ 1.482.911,84
C	TOTAL_RPP_EXCETO_RPPS	R\$ 3.475.816,75
D	TOTAL_RPNP_EXCETO_RPPS	R\$ 2.643.004,03
QDF	(A-B)/(C+D)	1,8775

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 1,88 de disponibilidade financeira e, portanto, equilíbrio financeiro.

Do valor total das despesas executadas no exercício (R\$ 48.475.256,59), R\$ 2.050.590,44 (dois milhões, cinquenta mil, quinhentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos) foram inscritos em Restos a Pagar, o que significa que a cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,04 foram inscritos em Restos a Pagar – quociente de inscrição de restos a pagar.

Confrontando-se o ativo financeiro (R\$ 12.971.225,54) com o passivo financeiro (R\$ 7.727.835,20), extrai-se que um quociente da situação financeira de 1,6785 correspondente a um **superávit financeiro** de **R\$ 5.243.390,34** (cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa reais e trinta e quatro centavos).

Quanto à disponibilidade de recursos para o pagamento de dívidas de curto prazo, comparando-se o ativo circulante (R\$ 16.166.851,22) com o passivo circulante (R\$ 5.884.756,71), obtém-se um índice de liquidez corrente de 2,7472, que demonstra que o total de recursos aplicados em ativos correntes supera o total das despesas de curto prazo.







## 9. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 9.1 Dívida Pública

A Dívida Consolidada Líquida foi negativa em R\$ 8.353.112,21 (oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, cento e doze reais e vinte e um centavos), o que significa que as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada e, portanto, foi observado o limite endividamento imposto o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal (DCL não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida).

Não houve contratações de dívida pública – operações de crédito (contratos de empréstimos ou financiamentos) no exercício de 2021.

Os dispêndios da dívida pública totalizaram R\$ 1.271.576,64 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), correspondente a **2,58%** da receita corrente líquida, inferior ao limite de 11,5% estabelecido no art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

### 9.2 Educação

Em 2021, o município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino o equivalente a **18,81%** do total da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente das transferências estadual e federal, percentual inferior ao limite mínimo de 25% disposto no artigo 212 da Constituição da República.

A Equipe Técnica imputou o **achado de auditoria 1.1**, classificado na irregularidade **AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS\_GRAVÍSSIMA\_01**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. A Secex, em razão da edição da Emenda Constitucional n.º 119/2022 excluiu a culpabilidade





do chefe do Poder Executivo Municipal, o que foi acompanhado pelo Ministério Público de Contas.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica da aplicação na educação de 2017 a 2021:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	27,09%	25,49%	33,64%	20,49%	18,81%

Inicialmente, a Equipe de Auditoria apurou que foi aplicado na valorização e remuneração do magistério da Educação Básica Pública o equivalente a **44,65%** da receita base do Fundeb, não cumprindo o disposto no art. 212-A da Constituição da República, incluído pela Emenda Constitucional n.º 108/2020, bem como na Lei n.º 14.133/2020 e no Decreto n.º 10.656/2021 – **achado de auditoria 2.1**, classificado na irregularidade **AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS\_GRAVE\_99**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica compreendeu que elas não foram suficientes para demonstrar que o percentual aplicado foi de **70%**, cumprindo o limite constitucional.

O Ministério Público de Contas de igual forma manteve o achado AB99, item 2.1, com recomendação ao Poder Legislativo, para que quando do julgamento das Contas Anuais de Governo, determine à área administrativa competente da Prefeitura para realize, até o final do 1º quadrimestre do exercício de 2022, a complementação da aplicação dos recursos não utilizados do Fundeb no exercício de 2021, no montante de R\$ 1.281.854,41, conforme disposições do § 3º do artigo 58 da Lei nº 14.113/2020.





A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2017 a 2021, é a seguinte:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	61,12%	64,81%	62,43%	62,30%	44,65%

### 9.3. Saúde

Em 2021, o município aplicou nas ações e nos serviços públicos de saúde o equivalente a **23,42%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158 e 159, inciso I e §3º, todos da Constituição da República, cumprindo o mínimo de 15% estabelecido no inciso III do §2º do artigo 198 da Carta Magna c/c a Lei Complementar n.º 141/2012.

A série histórica dos gastos nas ações e serviços públicos de saúde, no período de 2017 a 2021, é a seguinte:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	36,77%	26,40%	35,01%	25,44%	23,42%

### 9.4 Gasto com Pessoal

Com referência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o município apresentou os seguintes resultados com despesas com pessoal:

RCL: R\$ 49.189.395,52 (quarenta e nove milhões, cento e oitenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Pessoal	Valor no Exercício R\$	(%) RCL	(%) Limites Legais	Situação
Executivo	22.975.540,60	<b>46,70</b>	54	<b>Regular</b>
Legislativo	826.755,92	<b>1,68</b>	6	<b>Regular</b>
Município	23.802.296,52	<b>48,38</b>	60	<b>Regular</b>





A série histórica dos gastos com pessoal, no período de 2017/2021, é a seguinte:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2017	2018	2019	2020	2021
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	47,34%	52,58%	56,08%	48,60%	48,70%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	3,45%	2,54%	2,30%	1,75%	1,68%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	50,79%	55,10%	58,38%	50,35%	48,38%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

## 9.5 Relação entre Despesas e Receitas Correntes

A relação entre despesa corrente líquida (R\$ 43.555.793,21) e inscrita em restos a pagar não processados em 31/12/2021 (R\$ 356.753,71) e a receita corrente (R\$ 53.213.206,96) totalizou 82,52%, cumprindo o limite máximo de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição da República.

## 10. REPASSE AO PODER LEGISLATIVO

O Poder Executivo repassou ao Poder Legislativo o valor de R\$ 1.588.287,96 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), correspondente a 5,39% da receita base (R\$ 29.460.798,47). Assim, o limite máximo de 7% estabelecido no artigo 29-A da Constituição da República foi cumprido.

Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na Lei Orçamentária Anual, e ocorreram até o dia 20 de cada mês.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2017/2021, é a seguinte:





REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2017	2018	2019	2020	2021
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	7,30%	6,90%	6,72%	7,85%	5,39%

## 11. METAS FISCAIS

O resultado primário alcançado pelo município de R\$ 5.358.800,55 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos reais e cinquenta e cinco centavos) superior à meta mínima fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (- R\$ 636.094.00).

O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, nos termos do art. 9º, § 4º, da LRF.

A Equipe Técnica constatou por meio de consulta realizada no Sistema Aplic (2021 => Informes Mensais => LRF => Documentos e Publicações => Anexos do RGF) não foram localizados documentos que comprovem a efetiva realização das audiências públicas exigidas pelo art. 9º, § 4º, da LRF, achado **8.3, irregularidade DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_08**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para sanar o achado.

## 12. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos municipais estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em cumprimento a portaria MPS n.º 402/2008 e §20 do artigo 40 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com as informações e documentações extraídos do Sistema Aplic, constatou-se que os documentos exigidos pela Resolução Normativa TCE-MT n.º 12/2020, na amplitude informacional





necessária/especificada, não foram apresentados pela gestão do Ribeirão-Previ (Fonte: APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos Diversos>Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias).

Em consulta ao sistema CADPREV, a Equipe Técnica buscou informações no **Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR** (Relatório de Entrada de Dados no DIPR), todavia, após várias tentativas, as pesquisas realizadas foram malsucedidas, pois o sistema apresentou/retornava erros na pesquisa, conforme demonstrado no Apêndice “C”.

Inicialmente, a Equipe Técnica constatou a ausência de repasse das contribuições previdenciárias de servidores, relativas ao mês de dezembro de 2021 ao RPPS municipal - achado 7.1, irregularidade **DA07 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVÍSSIMA\_07** (informações constantes do Relatório de Irregularidades – DIRP – Detalhado, conforme Apêndice "D" do Relatório Técnico Preliminar, referindo-se ao valor de R\$ 20.283,88).

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas foram suficientes para sanar a irregularidade.

Além disso, foi apontada a ausência de repasse das contribuições patronais, relativas ao mês de novembro de 2021 ao RPPS municipal, constituindo o **achado 6.1, irregularidade DA05 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVÍSSIMA\_05**, conforme informações constantes do relatório de irregularidades – DIRP – detalhado, conforme apêndice “D” do Relatório Técnico Preliminar, referindo-se ao valor de R\$ 112,63.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas foram suficientes para sanar a irregularidade.







Detectou-se a ausência de pagamentos não integrais de parcelas devidas de Acordos de Parcelamentos de débitos previdenciários firmados entre o Município e o RPPS - **achado 9.1, irregularidade DB09 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_09** - uma vez que os valores pagos mensalmente foram inferiores aos valores efetivamente devidos das parcelas, acarretando uma diferença paga a menor de R\$ 19.672,30 (R\$ 14.103,28 + R\$ 3.276,56 + R\$ 2.293,46), considerando-se os acordos n.ºs. 876/2019, 485/2020 e 486/2020, respectivamente.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica manteve a irregularidade, contudo, ratificou o valor para R\$ 10.856,28 (R\$ 5.287,26 + R\$ 3.275,56 + R\$ 2.293,46).

Ainda, considerando a baixa materialidade do total das diferenças evidenciado, a Secex sugeriu a expedição de notificação ao responsável pela Unidade de Controle Interno (UCI) do Município de Ribeirão Cascalheira para promover a apuração dos fatos e adotar as providências cabíveis quanto à constatação de pagamentos a menor dos Acordos de Parcelamento Previdenciários n.ºs. 876/2019, 485/2020 e 486/2020, verificada no processo de Contas Anuais de Governo do exercício de 2021, no montante total de R\$ 10.856,28, conforme aplicação, por analogia, dos termos das disposições contidas no artigo 7º, *caput*, e parágrafo único, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 11/2017-TP.

O Ministério Público de Contas, de igual forma, compreendeu que a defesa não foi suficiente para sanar a irregularidade.

A Equipe Técnica apontou que o Certificado de Regularidade Previdenciária emitido pelo Ministério da Economia para o Município de Ribeirão Cascalheira está em situação IRREGULAR, tendo em vista o desatendimento aos critérios previstos no Decreto n.º 3.788/2001; Portaria MPS n.º 204/2008; Lei





n.º 9717/1998 e art. 8º da ON MPS/SPS n.º 02/2009, atribuindo o **achado 12.1, irregularidade LB05 RPPS\_GRAVE\_05**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para sanar a irregularidade.

### 13. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A equipe de auditoria apontou que a chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a prestação de Contas Anuais fora do prazo legal (29/07/2022), em desacordo com a Resolução Normativa n.º 36/2012 – achado de auditoria 13.1, classificado na irregularidade **MB02 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_02**:

PPA					NÃO SE APLICA		0
Peças de Planejamento	15/01/2021		10/02/2021 08:55:48	10/02/2021 08:55:48	ENVIADO FORA DO PRAZO	26	0
LDA	18/01/2021		28/10/2021 09:44:03	28/10/2021 09:44:03	ENVIADO FORA DO PRAZO	283	1
LDO			09/11/2021 08:56:51	09/11/2021 08:56:51	ENVIADO FORA DO PRAZO	295	1
Carga Inicial	22/03/2021		25/08/2021 18:24:32	25/08/2021 18:24:32	ENVIADO FORA DO PRAZO	156	0
Janeiro	31/03/2021		27/09/2021 16:34:08	27/09/2021 16:34:08	ENVIADO FORA DO PRAZO	180	0
Fevereiro	12/04/2021		01/10/2021 18:59:16	01/10/2021 18:59:16	ENVIADO FORA DO PRAZO	172	0
Março	30/04/2021		04/10/2021 20:43:03	04/10/2021 20:43:03	ENVIADO FORA DO PRAZO	157	0
Abril	31/05/2021		07/10/2021 14:40:39	07/10/2021 14:40:39	ENVIADO FORA DO PRAZO	129	0
Maio	30/06/2021		10/10/2021 10:06:02	10/10/2021 10:06:02	ENVIADO FORA DO PRAZO	102	0
Junho	02/08/2021		13/10/2021 13:01:46	13/10/2021 13:01:46	ENVIADO FORA DO PRAZO	72	0
Julho	31/08/2021		15/10/2021 08:17:47	15/10/2021 08:17:47	ENVIADO FORA DO PRAZO	45	0
Agosto	30/09/2021		17/10/2021 10:15:49	17/10/2021 10:15:49	ENVIADO FORA DO PRAZO	17	0
Setembro	03/11/2021		10/12/2021 08:32:45	10/12/2021 08:32:45	ENVIADO FORA DO PRAZO	37	0
Outubro	30/11/2021		15/12/2021 13:41:22	15/12/2021 13:41:22	ENVIADO FORA DO PRAZO	15	0
Novembro	03/01/2022		10/01/2022 15:29:18	10/01/2022 15:29:18	ENVIADO FORA DO PRAZO	7	0
Dezembro	02/03/2022		28/07/2022 17:05:00	28/07/2022 17:05:00	ENVIADO FORA DO PRAZO	148	0
Encerramento	10/03/2022		02/08/2022 15:44:50	02/08/2022 15:44:50	ENVIADO FORA DO PRAZO	145	0
Contas de Governo	18/04/2022		29/07/2022 10:01:50	29/07/2022 10:01:50	ENVIADO FORA DO PRAZO	102	2

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

Destacou-se que a prestação de contas de forma intempestiva é recorrente e reincidente nas gestões anuais da Sra. Luzia Nunes Brandão, constatadas nas contas dos exercícios de: 2019, processo TCE-MT n.º 8.850-1/2019; e 2020, processo TCE-MT n.º 10.088-9/2020.





As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo não foram encaminhadas tempestivamente à Câmara Municipal, para fins de consultas e de apreciações pelos cidadãos e/ou instituições da sociedade, **achado 8.4**, classificado na irregularidade **DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_08**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

A Secex apontou que a apresentação de carga especial de prestação das Contas Anuais de Governo com graves omissões e incompatibilidades documentais, tornando-a inconsistente - **achado 15.1**, classificado na irregularidade **MB99 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_99**.

A gestora responsável foi citada e apresentou defesa acerca da irregularidade. Após a análise das justificativas, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas compreenderam que elas não foram suficientes para saná-la.

#### 14. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

Segue abaixo quadro contendo o resultado dos processos de fiscalização, incluindo os processos de Monitoramento e Representações de Natureza Interna e Externa de inadimplência de Contribuição Previdenciária:

PROCESSO		OBJETO DA FISCALIZAÇÃO	Existe decisão no processo?
ASSUNTO	NÚMERO		
MONITORAMENTO	10871/2021	MONITORAMENTO REFERENTE AS DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES: 14205	Sim
REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA	228362/2021	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2021	Sim
REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA	510947/2021	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE TRANSPARENCIA NA GESTÃO FISCAL EXERCÍCIO DE 2020	Não





## 15. CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVAS A ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO	PROCESSO	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2020	100889/2020	a) aplique o mínimo anual estabelecido para investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição da República;	Em 2021 houve descumprimento ao limite mínimo de aplicação de recursos na MDE
		b) efetue o controle e o lançamento fidedigno das demonstrações contábeis junto ao Sistema Aplic, e havendo divergência ou alterações, essas deverão ser respaldadas de documentos que as justifiquem, a fim de que possíveis inconsistências não comprometam o plano de trabalho aprovado e os limites financeiros para a sua execução;	Recomendação de cunho genérico. Contudo, neste processo de Contas Anuais de Governo de 2021, foram relatadas diversas ocorrências relacionadas a divergências de informações enviadas ao Sistema Aplic, conforme Tópicos: 3.1.3.1, 5.1.1. e 8.1.
		c) aprimore e amplie as ações voltadas à transparência e à divulgação dos documentos de planejamento, orçamento, finanças e contábeis do Município e efetue as devidas publicações do Relatório de Gestão Fiscal, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, bem como realize as audiências públicas tempestivamente, cumprindo as determinações da Lei Complementar nº 101/2000; adote medidas preventivas e abstenha-se de assumir obrigações financeiras sem que haja disponibilidade de recursos para sua quitação por fonte de despesa, bem como verifique e controle, por fonte de recursos, os saldos dos restos a pagar, procedendo as alterações de fontes no decorrer da execução orçamentária;	Conforme evidenciado nos Tópicos 3.1.2, 3.1.3, 5. e 7.2 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, houve desrespeito aos princípios de Publicidade e Transparência quanto às contas públicas. De acordo com análise realizada no Tópico 5.2.3.4. deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, houve superávit orçamentário e financeiro.
		d) diligencie a abertura de créditos adicionais para que não efetivem sem prévia autorização legislativa, tampouco, sejam abertos sem a publicação de decreto, e logo, sem a observância ao princípio da especialidade, desautorizando o planejamento que foi regularmente aprovado pelos legítimos representantes do Poder Legislativo;	De acordo com a análise apresentada no Tópico 3.1.3.1 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, houve a abertura de créditos adicionais especiais sem autorização legislativa. No mesmo Tópico descrito acima, constata-se que houve a abertura de créditos orçamentários adicionais sem as tempestivas publicações dos respectivos decretos na imprensa oficial.
		e) não proceda à abertura de créditos adicionais com base em recursos inexistentes, em decorrência de excesso de arrecadação que pode, ou não, ser realizado;	De acordo com a análise apresentada no Tópico 3.1.3.1 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, não houve a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, sem recursos disponíveis.
		f) realize a projeção do excesso de arrecadação a partir de adequada metodologia de cálculo, que leve em consideração possíveis riscos capazes de afetar os resultados fiscais do exercício, devendo a Administração realizar um acompanhamento mensal efetivo, com o objetivo de avaliar se os excessos de arrecadação estimados por fonte de recursos e utilizados para abertura de créditos adicionais estão se concretizando ao longo do exercício, e, caso não estejam, que sejam adotadas medidas de ajuste e de limitação das despesas, consoante previsto na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário nas contas públicas, pautando-se nos termos da Resolução de Consulta nº 26/2015 – TP;	De acordo com a análise apresentada no Tópico 3.1.3.1 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, não houve a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, sem recursos disponíveis.





		g) observe o equilíbrio fiscal nas contas públicas e evite a ocorrência de déficit por fonte, de modo que não permaneçam restos a pagar sem correspondente disponibilidade financeira para quitação;	Em 2021 houve atrasos relevantes na apresentação de cargas mensais e especiais de prestação de contas ao Sistema Aplic (Tópico 8.1).
		h) encaminhe as cargas mensais e as informações sobre as Contas de Governo ao Sistema Aplic, na forma legal e regimental prevista pela Resolução Normativa nº 36/2012;	Em 2021 houve atrasos relevantes na apresentação de cargas mensais e especiais de prestação de contas ao Sistema Aplic (Tópico 8.1).
		i) alerte aos setores financeiro e contábil do Município, ao final de cada exercício, sobre a necessidade de adequarem o balanço orçamentário e financeiro, efetuando o estorno de restos a pagar não processados (não liquidados), cuja execução orçamentária ficará para o exercício seguinte, a fim de que não se motive situação de insolvência do município, que ocasione desequilíbrio fiscal;	Recomendação de caráter genérico, e já constante da Resolução Normativa nº 43/2013.
		j) adote medidas preventivas e se abstenha de assumir obrigações financeiras sem que haja disponibilidade de recursos para sua quitação por fonte de despesa, bem como verifique e controle, por fonte de recursos, os saldos dos restos a pagar, procedendo as alterações de fontes no decorrer da execução orçamentária; e,	Conforme evidenciado no Quadro 4.3 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, considerando-se o superávit financeiro da fonte/destinação de recursos 00 – Recursos Ordinários, não foi constatada a ocorrência de déficit financeiro no Município.
		l) busque medidas e adote as providências necessárias à regularização e emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária e que o resultado seja monitorado por esta Corte de Contas, a fim de verificar a resolução da situação elencada e evitar a reincidência da irregularidade na apreciação das contas anuais do exercício seguinte.	Conforme análise apresentada no Tópico 6.4.1.1.3 deste Relatório Técnico Preliminar, não houve regularização dos critérios necessários à expedição de CRP Regular
2019	88501/2019	a) encaminhe informações fidedignas ao Sistema Aplic quanto aos registros das receitas/despesas, a fim de cumprir as normas de prestação de contas previstas nos incisos I e II do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47; no artigo 210 da Constituição Estadual; no artigo 26 da Lei Complementar nº 269/2007 e nas Resoluções Normativas nº 14/2007, nº 36/2012 e nº 31/2017;	Recomendação de cunho genérico. Contudo, neste processo de Contas Anuais de Governo de 2021, foram relatadas diversas ocorrências relacionadas a divergências de informações enviadas ao Sistema Aplic, conforme Tópicos: 3.1.3.1, 5.1.1. e 8.1.
		b) promova ações planejadas, a fim de evitar que as despesas superem as receitas, mantendo o equilíbrio almejado pela Lei de Responsabilidade Fiscal;	De acordo com análise realizada no Tópico 5.2.3.4. deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, houve superávit orçamentário e financeiro.
		c) observe as regras sobre finanças públicas adotando as providências dispostas no artigo 9º da LRF;	De acordo com análise realizada no Tópico 5.2.3.4. deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, houve superávit orçamentário e financeiro.
		d) abstenha-se de cancelar restos a pagar processados, salvo com justificativa legal própria e fato motivador plausível;	Conforme evidenciado no Quadro 5.1 deste Relatório Técnico Preliminar, foi informado ao Sistema Aplic o cancelamento de RPP de apenas R\$ 1.771,55, ou seja, valor de baixíssima materialidade e relevância.
		e) divulgue amplamente o convite à população para participar de audiências públicas obrigatórias sobre as peças de planejamento geral do município (PPA/LDO/LOA) em locais de fácil acesso, e inclusive por meios eletrônicos;	De acordo com análise realizada nos Tópicos 3.1.2 e 3.1.3 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, não houve realização de audiências públicas nos processos de discussão da LDO-2021 e LOA-2021.
		f) encaminhe tempestivamente as cargas mensais do Sistema Aplic, todas as atas de audiências públicas realizadas pelo Poder Executivo para elaboração e discussão da LDO, nos termos do artigo 48 da LRF	De acordo com análise realizada nos Tópicos 3.1.2 e 3.1.3 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, não houve realização de audiências públicas nos processos de discussão da LDO-2021 e LOA-2021.
		g) divulgue a LDO e LOA em meios oficiais com instrumentos de amplo acesso ao público, como o Portal Transparência, logo após	Os textos normativos da LDO-2021 e







		sua publicação oficial, em cumprimento ao artigo 48 da LRF;	LOA-2021 foram publicados na imprensa oficial e divulgados no site da Prefeitura. Contudo, os anexos obrigatórios dessas leis não foram publicados e/ou divulgados (Tópicos 3.1.2 e 3.1.3).
		h) encaminhe as Contas Anuais de Governo ao Poder Legislativo do Município, na forma e no prazo estabelecido pelo artigo 31, § 3º, da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 49 da LRF;	As contas anuais de 2021 do Poder Executivo não foram encaminhadas tempestivamente à Câmara Municipal para fins de consultas e de apreciações pelos cidadãos e/ou instituições da sociedade.
		i) abstenha-se de assumir obrigações financeiras sem que haja disponibilidade de recursos para sua quitação por fonte de despesa, de modo a cumprir o artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal;	Conforme evidenciado no Quadro 4.3 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, considerando-se o superávit financeiro da fonte/destinação de recursos 00 – Recursos Ordinários, não foi constatada a ocorrência de déficit financeiro no Município.
		j) abstenha-se de abrir créditos adicionais sem prévia autorização legislativa, em cumprimento ao artigo 167, V, CF, c/c artigo 42 da Lei nº 4.320/1964;	De acordo com a análise apresentada no Tópico 3.1.3.1 deste Relatório Técnico Preliminar, em 2021, houve a abertura de créditos adicionais especiais sem autorização legislativa.
		k) elabore a Lei Orçamentária Anual de forma compatível com as metas de resultado primário e nominal da Lei de Diretrizes Orçamentárias;	Item não verificado, tendo em vista a inconsistência da elaboração dos cálculos do Anexo de Metas Fiscais da LDO-2021 (Tópico 3.1.2).
		l) proponha reserva de contingência nos parâmetros da diretriz da LDO e de acordo com o artigo 5º, III, LRF;	Em 2021, não foi constatada irregularidade na fixação da Reserva de Contingência.
		m) instrua o Anexo de Metas Fiscais com a memória e metodologia de cálculos, a partir da LDO do exercício 2021, nos termos do que dispõe o Manual dos Demonstrativos Fiscais;	As Metas Anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO/2021 não estão explicadas/instruídas com as respectivas memória e metodologia de cálculos que justifiquem os resultados fiscais pretendidos (Tópico 3.1.2.)
		n) apresente memória e metodologia de cálculo nos anexos das metas fiscais do município nos próximos exercícios, com o intuito de comprovar a consistência dos resultados pretendidos e a conformidade das metas com a política fiscal municipal, nos termos do artigo 4º, § 2º, II, da LRF;	As Metas Anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO/2021 não estão explicadas/instruídas com as respectivas memória e metodologia de cálculos que justifiquem os resultados fiscais pretendidos (Tópico 3.1.2).
		o) observe a proposta estabelecida na LOA quando for realizar a abertura do orçamento, de modo a cumprir o disposto no artigo 165 da CF, nos artigos 2º, 3º, 4º, 6º, 22 e 91 da Lei nº 4.320/1964; no artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 e nos artigos 2º e 4º da Lei Municipal nº 812/2018;	Recomendação de cunho genérico. Contudo, em 2021, as aberturas de créditos adicionais suplementares atenderam às autorizações da LOA-2021 (Tópico 3.1.3.1).
		p) atenda as requisições de informações do TCE/MT, de modo a permitir o pleno exercício do controle externo, nos termos do artigo 215 da Constituição Estadual; artigo 36, § 1º, da Lei Complementar nº 269/2007; artigo 284-A, VI, da Resolução nº 14/2007;	Em 2021, salvo atrasos relevantes na apresentação de cargas mensais e especiais ao Sistema Aplic, não houve omissões quanto ao atendimento de requisições de informações por parte da 4ª SECEX.
		q) encaminhe as cargas mensais e as informações sobre as Contas de Governo ao Sistema Aplic, na forma legal e regimental prevista pela Resolução Normativa nº 36/2012;	Em 2021 houve atrasos relevantes na apresentação de cargas mensais e especiais ao Sistema Aplic (Tópico 8.1).
		r) regularize os critérios exigidos para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;	Conforme análise apresentada no Tópico 6.4.1.1.3 deste Relatório Técnico Preliminar, não houve regularização dos critérios necessários à expedição de CRP Regular.
		s) apresente, na avaliação atuarial do próximo exercício, um efetivo planejamento previdenciário, contendo metas e providências concretas, que visem à melhoria do índice de cobertura das reservas matemáticas, bem como a melhoria gradativa da situação atuarial do RPPS de Ribeirão Cascalheira;	Item de verificação não contemplado como ponto de controle no Relatório Técnico Preliminar de Contas de Governo para o exercício de 2021.







**É o relatório.**

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 21 de novembro  
de 2022.

(assinatura digital)<sup>12</sup>

**CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**  
Relator

---

<sup>12</sup> Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

